

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (a "Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA). A COMGÁS é controlada diretamente pela Integral Investments B.V. que é controlada pela BG São Paulo Investments B.V. (com participação de 83,5%) e pela Shell Gas B.V. (com participação de 16,5%) que tem como controladores finais a BG Group plc. e a Royal Dutch Shell plc., respectivamente.

Em 31 de maio de 1999, o Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado entre os novos controladores e o poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado uma única vez por 20 anos mediante requerimento da Concessionária.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da COMGÁS, as regras para os procedimentos de revisão tarifária e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir. A Portaria ARSESP nº 160/01 definiu condições gerais de fornecimento de gás canalizado.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devem ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 18 de janeiro de 2011, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela CVM e nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A Companhia não possui investimentos em controladas/coligadas e/ou outras transações que gerem efeitos a serem contemplados na demonstração do resultado abrangente.

2.2 Apresentação das informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado", (b) empréstimos e recebíveis, (c) mantidos até o vencimento e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

(a) Mantidos para negociação ao valor justo "por meio do resultado"

Os ativos financeiros mantidos para negociação têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras líquidas".

As operações com instrumentos derivativos são classificadas nesse grupo e avaliadas conforme descrito acima. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Os empréstimos e recebíveis vencíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no circulante e os demais são classificados no não circulante.

Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

(c) Ativos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimento definido e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de mantê-los até o vencimento.

São avaliados pelo custo amortizado a taxa de juros efetiva, sendo os juros reconhecidos contra o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Comgás tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não são compensados, exceto pelos derivativos, cujo valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.6 Valor justo

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

2.7 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do período.

***Hedge* de valor justo**

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco *hedgeado*. A Companhia só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Caso haja ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva esta variação será reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras - líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

2.8 Contas a receber

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

2.9 Estoques

O saldo de gás/transporte pago e não utilizado (*take/ship or pay*) está valorizado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.10 Ativos não circulantes destinados à venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Intangível

(a) Contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, aonde o poder concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infra estrutura ao final da Concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo. Outrossim, não há previsão na regulação da ARSESP que suporte auferir ganho nesta atividade.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 17.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

(b) Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 17.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 17.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

2.15 Passivos contingentes e obrigações legais

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e obrigações legais são registradas como exigíveis.

2.16 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18 Obrigações com benefícios de aposentadoria

(a) Benefícios pós-emprego

A Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- . Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Comgás em 31 de maio de 2000 têm direito a este benefício, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Comgás.
- . Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um plano gerador de benefícios livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos benefícios pós-emprego é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar estes benefícios é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do participante. Os custos dos serviços correntes são refletidos no lucro operacional e os custos de financiamento são refletidos no financiamento dos custos no período em que ocorrem. Em conformidade com o método "corredor", ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Arrendamentos - contrato de aluguel

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

(a) Receita por prestação de serviços - faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(b) Receita por prestação de serviços - não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram, conforme descrito na Nota 10. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(c) Receita de construção - ICPC 01

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - "Contratos de Construção". Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

Tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção como fonte de receita e, portanto de resultado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

3 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor

Pronunciamentos, orientações e ou interpretações de CPCs não aprovados e que ainda não estão em vigor

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>
CPC 42 - "Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária"	Aguarda avaliação do IASB, contudo mesmo quando aprovado não gerará impacto para a Comgas pois na adoção do CPC 37 (IFRS 01) - Primeira Adoção, já aplicamos o mesmo e realizamos o ajuste necessário conforme Nota 34 item c(vii).

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) **Impairment do contas a receber**

A provisão para devedores duvidosos é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a provisão é registrada.

(b) **Provisões**

As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Apesar da possibilidade de resultados fora dos limites esperados nos últimos anos, a experiência da Companhia foi de que as estimativas utilizadas na determinação do nível adequado de disposições foram materialmente adequadas na antecipação de resultados reais.

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

(e) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

(f) Receita não faturada

Conforme mencionamos na Nota 2.22 - Reconhecimento da receita - letra b - a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

5 Gestão de risco financeiro

(a) Principais riscos associados à estratégia financeira da Companhia

Política para gerenciamento de riscos e utilização de derivativos

A Companhia mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo que as operações financeiras deverão seguir dentro da Companhia. Além disso, esta política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipulam quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita através da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação.

Com o objetivo de promover a melhor gestão do caixa da Companhia, a administração segue a política interna de manutenção de linhas destinadas ao gerenciamento do capital de giro e destinadas a investimentos em linha com as projeções de fluxos de caixas futuros, cujas estimativas não possuem diferenças relevantes em relação ao caixa realizado, em virtude da estabilidade do negócio da Companhia, sendo que a estimativa dos fluxos de caixas futuros possui caráter previsível e sua mensuração é confiável.

Como parte de suas operações, a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de flutuações nas taxas de juros e de câmbio. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivados, a fim de controlar a exposição deste tipo, em conformidade com as políticas de tesouraria. A Companhia celebra contratos de câmbio futuro e de *swaps* cambiais para reduzir os riscos de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de *swap* de taxas.

Quando houver liquidez suficiente no mercado financeiro, a Companhia buscará contratar as operações de derivativos com valores e prazos exatamente iguais aos fluxos de caixa das exposições em negociação. Analisando sempre a melhor alternativa e respeitando a política de gerenciamento de risco, acima mencionada, com relação ao percentual mínimo de *hedge* a ser contratado, de 75% do valor nominal, para valores acima de US\$ 500 mil.

A Companhia calcula o valor justo da taxa de juros e a variação da taxa de câmbio usando valorização de mercado, quando disponíveis, ou, se não estiver disponível, descontando todos os fluxos de caixa futuros pela curva de juros de mercado na data do balanço.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de dividendos pagos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que envolvem o patrimônio líquido e montante de endividamento. Este índice (*covenant*), assim como outros, é utilizado por instituições financeiras em contratos de empréstimos. Ao final de 2010, assim como em 2009, o resultado destes *covenants* estavam dentro dos parâmetros estabelecidos nos acordos contratuais.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 é de 98,40% e de 111,67% em 31 de dezembro de 2009.

(c) Riscos associados

(i) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em função das suas posições ativas e passivas. Este risco pode ser coberto por meio da utilização de *swaps*, onde a Companhia pode trocar posições prefixadas para pós-fixadas em reais (percentual do CDI ou outra taxa flutuante em reais).

(ii) Risco cambial

As operações financeiras contratadas para financiamento de investimentos e capital de giro podem ser vinculadas em moeda estrangeira. O risco decorrente desta possibilidade é a perda e restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando possivelmente os saldos de passivo denominados nestas moedas. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *hedge*, que permite à Companhia trocar os riscos de variação destas moedas através de *forwards* ou *swaps*.

(iii) Risco de crédito

Não existe concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas. Este risco é representado por contas a receber de consumidores da Comgás em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia dispunha dos seguintes principais instrumentos financeiros:

- . Caixa e equivalentes de caixa - conforme Nota 9.
- . Contas a receber - clientes - conforme Nota 10.
- . Empréstimos e financiamentos - conforme Nota 18.
- . Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 19.

A Companhia atua no mercado de crédito bancário, captando recursos em moeda nacional e estrangeira para financiar seus investimentos e capital de giro, ficando exposta a riscos decorrentes das variações das taxas de câmbio e juros das moedas estrangeiras.

A Política de Tesouraria proíbe a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, sendo permitidos somente para proteção de riscos previamente identificados (operações de proteção - *hedge* - sendo somente *swaps* e *forwards* os instrumentos autorizados).

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Para se proteger da exposição cambial e das taxas de juros dos contratos de financiamento em moeda estrangeira, a Política de Tesouraria determina a cobertura cambial do principal e dos juros até o vencimento final da operação de empréstimo, para pelo menos 75% do valor total (valor nocional).

Quando não houver *swap* cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, incluindo os riscos associados com o refinanciamento de empréstimos e financiamentos à medida que suas respectivas datas de vencimentos se aproximam, com o risco que as linhas de crédito não estejam disponíveis para atender as necessidades de caixa e compromissos futuros da Companhia além do risco de que os ativos financeiros não possam ser facilmente convertidos em recursos sem que haja perda de valor.

Para a mitigação desse risco a Companhia adota duas diretrizes gerais:

A Companhia tem como política a manutenção da taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia utilizará instrumentos derivativos.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez diária.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	2010				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>	457.987	798.436	642.769	219.285	2.118.477
Fornecedores e outras contas a pagar	427.068				427.068
	<u>885.055</u>	<u>798.436</u>	<u>642.769</u>	<u>219.285</u>	<u>2.545.545</u>
	2009				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>	745.105	354.086	790.551	76.463	1.966.205
Fornecedores e outras contas a pagar	416.790				416.790
	<u>1.161.895</u>	<u>354.086</u>	<u>790.551</u>	<u>76.463</u>	<u>2.382.995</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

					2010
					Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (Comgás)	100.815	51.958	138.840	194.898	486.511
Entradas (Comgás)	67.166	16.054	118.855	168.046	370.121
					2009
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (Comgás)	28.224	22.358			50.582
Entradas (Comgás)	13.852	11.849			25.701

(d) **Swaps dos financiamentos em moeda estrangeira**

Conforme especificado no item "Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 19", os *swaps* contratados transformam na prática, o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos *swaps* são idênticos ao financiamento. Os *swaps* serão realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação.

São considerados *swap* sem caixa. Os detalhes da operação estão explícitos na tabela abaixo.

A Comgás os carregará até o vencimento e sua contabilização é feita no grupo de financiamentos de curto e de longo prazo.

Os critérios de determinação, métodos e premissas aplicadas na apuração dos valores justos são referentes ao "mercado ativo - preço cotado", e estão de acordo com a sistemática estabelecida em contratos firmados entre as partes.

Seguem os valores dos instrumentos financeiros derivativos resumidos a seguir:

Descrição	Contraparte	Moeda original	Percentual		Vencimento final
			Ativo	Passivo	
BNDES - Cesta I	Banco Votorantim	Cesta de moedas	17,15 a.a. + VC	122 CDI	Outubro de 2011
BNDES - Cesta II	Banco Votorantim	Cesta de moedas	17,26 a.a. + VC	96,5 CDI	Outubro de 2011
IFC repasse Itaú BBA	Banco Itaú BBA	USD	9,88 a.a. + VC	110 CDI	Dezembro de 2011
EIB II - 1. liberação	Bancos diversos	USD	3,881 a.a. + VC	96,69 CDI	Junho de 2020
EIB II - 2. liberação	Bancos diversos	USD	2,936 a.a. + VC	95,20CDI	Setembro de 2020

Não existem diferenças relevantes entre o valor de mercado e o valor justo desses instrumentos.

(e) **Análise de sensibilidade**

A Comgás, conforme determinado na Instrução da CVM nº 475, desenvolveu uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos aqui estimados, devido a subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises.

Essas variações podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Comgás conforme a seguir:

- . Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2010.
- . Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.
 - .. Cenário I (provável) - manutenção nos níveis de juros e câmbio conforme níveis observados em 31 de dezembro de 2010.
 - .. Cenário II 25% - deterioração em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2010.
 - .. Cenário III 50% - deterioração em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2010.

Descrição	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Conta-corrente regulatória (*)	Variação da SELIC	12.234	15.365	17.053
Dívida em moeda estrangeira				
Dívida	Variação do US\$		(62.956)	(126.041)
Derivativo (ponta ativa)	Variação do US\$		62.100	125.075
Efeito líquido			(856)	(966)
Derivativo (ponta passiva)	Variação do CDI	(99.036)	(104.780)	(111.424)
Dívida em moeda nacional				
Dívida CDI	Variação do CDI	(17.010)	(19.757)	(22.540)
Dívida TJLP	Variação da TJLP	(89.511)	(103.615)	(117.559)
SELIC		10,75	13,61	16,55
US\$		1,666	2,083	2,499
CDI		10,64	13,47	16,38
TJLP		6,00	7,50	9,00

(*) Efeitos da conta-corrente regulatória descritos na Nota 6.

(f) Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados num mercado ativo (por exemplo, derivados de taxa de juros) é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

A partir de 1º janeiro de 2009, a Companhia adotou as alterações ao CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		252.726		252.726
Total do ativo		<u>252.726</u>		<u>252.726</u>
Passivos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		(299.106)		(299.106)
Total do passivo		<u>(299.106)</u>		<u>(299.106)</u>

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2009.

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		20.875		20.875
Total do ativo		<u>20.875</u>		<u>20.875</u>
Passivos				
Derivativos usados para <i>hedge</i>		(51.200)		(51.200)
Total do passivo		<u>(51.200)</u>		<u>(51.200)</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

6 Ativo (passivo) regulatório

	31 de dezembro	
	2010	2009
Custo de gás a recuperar/(repassar)	(220.778)	27.937
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	(9.402)	1.476
Ajuste a valor presente sobre tributos	521	(64)
	<u>(229.659)</u>	<u>29.349</u>
Ativo (passivo) saldo inicial	29.349	528.289
Ativo (passivo) saldo final	<u>(229.659)</u>	<u>29.349</u>
Receita não reconhecida no resultado antes do IR/CS	<u>259.008</u>	<u>498.940</u>
Ativo (passivo) regulatório	242.092	519.868
Atualização	5.173	(32.351)
Outros	11.743	11.423

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é considerado como um ativo ou um passivo, tal como a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

7 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2010					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Depósitos judiciais	13.510				13.510
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	447.548				447.548
Caixa e equivalentes de caixa	<u>145.380</u>				<u>145.380</u>
	<u>606.438</u>				<u>606.438</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos		1.348.568			1.348.568
Instrumentos financeiros derivativos			46.380		46.380
Debêntures				104.805	104.805
		<u>1.348.568</u>	<u>46.380</u>	<u>104.805</u>	<u>1.499.753</u>
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2009					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Depósitos judiciais	13.598				13.598
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	485.024				485.024
Caixa e equivalentes de caixa	<u>194.273</u>				<u>194.273</u>
	<u>692.895</u>				<u>692.895</u>
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2009					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos	1.515.755				1.515.755
Instrumentos financeiros derivativos			30.325		30.325
Debêntures				104.029	104.029
	<u>1.515.755</u>	<u>30.325</u>	<u>104.029</u>		<u>1.650.109</u>

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

- (a) A Comgás possui uma carteira de 988 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência.
- (b) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)			
AAA	84.261	11.617	39.726
AA	51.116	176.914	
A	<u>10.003</u>	<u>5.742</u>	
	<u>145.380</u>	<u>194.273</u>	<u>39.726</u>

(*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

9 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa está substancialmente representado por aplicações em CDBs (certificados de depósitos bancários), aplicações em títulos privados e LCA (letra de crédito do agronegócio), sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Recursos em banco e em caixa	5.459	11.617	27.225
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	35.187	17.142	
Aplicações em títulos privados	104.734	20.098	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		145.416	12.501
	<u>145.380</u>	<u>194.273</u>	<u>39.726</u>

10 Contas a receber - clientes

(a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas de gás a receber	195.575	192.414	182.140
Contas de gás parceladas	11.691	8.768	13.456
Devedores por venda de equipamentos	21.044	15.577	12.950
Ajuste a valor presente	(1.625)	(942)	(1.407)
Receita não faturada	199.153	265.215	320.542
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	<u>(55.820)</u>	<u>(50.688)</u>	<u>(36.760)</u>
	<u>370.018</u>	<u>430.344</u>	<u>490.921</u>

As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

A receita não faturada refere-se a parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

(b) As perdas registradas nos períodos de doze meses findos em 2010 e 2009 estão abaixo demonstradas:

	2010	2009
1º de janeiro	50.688	36.760
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	5.132	17.319
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobráveis		<u>(3.391)</u>
31 de dezembro	<u>55.820</u>	<u>50.688</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

(c) Sumário do contas a receber de clientes por vencimento:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Valores a vencer	81.765	55.948	90.681
Vencidos			
Até 30 dias	7.842	39.320	38.765
Acima de 30 dias	105.968	97.146	52.964
	<u>195.575</u>	<u>192.414</u>	<u>182.140</u>

11 Outras contas a receber

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Take or pay - clientes	3.777	3.919	4.540
Contas a receber de clientes por expansão da rede	1.170	1.170	1.179
Cauções		6.133	6.254
Recobráveis por interferências na rede		6.267	5.099
Recobráveis Petrobras	1.541	1.541	9.146
Outras	4.226	4.013	7.090
	<u>10.714</u>	<u>23.043</u>	<u>33.308</u>

O valor de *Take or pay* - clientes referem-se à diferença entre o consumo real e os volumes mínimos obrigatórios contratados.

Os saldos das contas "Cauções" e "Recobráveis" por interferência na rede foram reclassificados para o grupo "Ativo realizável a longo prazo".

As outras contas a receber estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

12 Estoques

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Gás/transporte pago e não utilizado (<i>take/ship or pay</i>) - Petrobras	78.143	39.605	2.938
Gás/transporte pago e não utilizado (<i>take/ship or pay</i>) - BG Comércio e Importação Ltda.		3.305	10.810
Estoque de materiais para construção	52.875	47.520	47.353
Produto acabado	1.163	1.143	1.813
Materiais diversos	27.970	19.632	19.426
	<u>160.151</u>	<u>111.205</u>	<u>82.340</u>

A recuperação dos saldos referente ao "Gás/transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a Comgás, na medida em que se utilize o gás e o transporte acima do percentual estipulado nos contratos, conforme divulgado na Nota 20.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

13 Impostos indiretos a compensar

A composição dos Impostos a compensar é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ICMS a recuperar	29.595	27.531	47.706
ICMS sobre ativos	8.543	8.976	11.669
Ajuste a valor presente	(473)	(391)	(807)
Outros	138	121	2.181
	<u>37.803</u>	<u>36.237</u>	<u>60.749</u>

14 Ativos destinados à venda

Em 24 de setembro de 2010, a administração iniciou negociações para a venda do terreno e edificações na região da Mooca, classificado no ativo circulante pelo valor de custo corrigido pela depreciação do período em que o referido imóvel foi utilizado pela administração, até setembro de 2008.

A administração estima que a venda do referido imóvel será realizada durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2011.

15 ICMS a recuperar

Corresponde a parcela de ICMS a recuperar sobre a compra de ativos no montante de R\$ 9.481 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 9.674 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 9.859), ajustados a valor presente, e refere-se aos créditos oriundos da compra de ativos, os quais poderão ser utilizados para reduzir o ICMS a pagar em parcelas mensais ao longo de 48 meses.

16 Contas a receber - realizável a longo prazo

A composição dos valores a receber no realizável a longo prazo está abaixo demonstrada:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Cauções	7.747		
Recobráveis por interferências na rede	7.834		
Devedores por venda de equipamentos	6.573	3.299	3.775
Ajuste a valor presente	(444)	(176)	(319)
Outras contas a receber		869	869
	<u>21.710</u>	<u>3.992</u>	<u>4.325</u>

Os saldos das contas "Cauções" e "Recobráveis" por interferências na rede foram reclassificados do grupo ativo circulante.

O valor de cauções refere-se a valores cobrados pelos órgãos públicos pelo prazo de execução de obras da Companhia. O saldo de recobráveis por interferências na rede refere-se a valores a serem reembolsados por terceiros em virtude de danos causados na rede de distribuição de gás.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

17 Intangível

	Saldos em 1º de janeiro de 2009	Movimentações			Saldos em 31 de dezembro de 2009	Movimentações			Saldos em 31 de dezembro de 2010
		Adições	Transferências	Baixa		Adições	Transferências	Baixa	
Intangível em serviços									
Contrato de concessão	2.919.123		237.949	(8.023)	3.149.049	435	194.306	(11.800)	3.331.990
Amortização acumulada (ii)	(765.598)	(116.474)		4.748	(877.324)	122.980		6.342	(993.962)
	<u>2.153.525</u>	<u>(116.474)</u>	<u>237.949</u>	<u>(3.275)</u>	<u>2.271.725</u>	<u>(122.545)</u>	<u>194.306</u>	<u>(5.458)</u>	<u>2.338.028</u>
Fidelização do cliente	266.330		84.000		350.330	(2.419)	102.819		450.730
Amortização acumulada (i)	(135.314)	(42.507)			(177.821)	(56.540)			(234.361)
	<u>131.016</u>	<u>(42.507)</u>	<u>84.000</u>		<u>172.509</u>	<u>(58.959)</u>	<u>102.819</u>		<u>216.369</u>
Software e outros	101.954		87.477	(24.369)	165.062		24.633		189.695
Amortização acumulada (i)	(38.568)	(43.544)		24.369	(57.743)	(30.737)			(88.480)
	<u>63.386</u>	<u>(43.544)</u>	<u>87.477</u>		<u>107.319</u>	<u>(30.737)</u>	<u>24.633</u>		<u>101.215</u>
Total do intangível em serviços	<u>2.347.927</u>	<u>(202.525)</u>	<u>409.426</u>	<u>(3.275)</u>	<u>2.551.553</u>	<u>(212.241)</u>	<u>321.758</u>	<u>(5.458)</u>	<u>2.655.612</u>
Intangível em andamento	<u>297.339</u>	<u>409.235</u>	<u>(409.426)</u>		<u>297.148</u>	<u>407.077</u>	<u>(321.758)</u>		<u>382.467</u>
Total do intangível	<u>2.645.266</u>	<u>206.710</u>		<u>(3.275)</u>	<u>2.848.701</u>	<u>194.836</u>		<u>(5.458)</u>	<u>3.038.079</u>

(i) Taxa média ponderada de 20% a.a.

(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir:

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.11 (item a), sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 são compostos como segue:

Valores contábeis líquidos	Taxa média ponderada a.a. - %	1º de janeiro de 2009	Movimentação			31 de dezembro de 2009	Movimentação			31 de dezembro de 2010
			Adições/ transfe- -rências	Amortização	Baixa		Adições/ transfe- -rências	Amortização	Baixa	
Intangível	20	2.070	(2.050)		(20)					
Terrenos		12.500			(80)	12.420	8.155		(1.450)	19.125
Tubulações	3,4	1.732.538	174.004	(82.084)	(647)	1.823.811	145.895	(84.599)	(1.302)	1.883.805
Edificações e benfeitorias	2,7	48.469	2.704	(1.500)		49.673	6.205	(1.568)	(297)	54.013
Máquinas e equipamentos	5,4	309.616	68.830	(21.559)	(1.813)	355.074	23.719	(23.177)	(1.470)	354.146
Equipamentos de transporte	20	10.560	5.111	(3.391)	(704)	11.576	2.085	(3.581)	(249)	9.831
Equipamentos e móveis administrativos	10	37.772	(10.650)	(7.940)	(11)	19.171	8.682	(10.055)	(690)	17.108
		2.153.525	237.949	(116.474)	(3.275)	2.271.725	194.741	(122.980)	(5.458)	2.338.028

Os valores reconhecidos no "Intangível" e acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a R\$ 122.980 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 116.474).

O imposto de renda e a contribuição social imputados ao saldo da reavaliação, cuja depreciação não é dedutível para fins de apuração do lucro tributável, totalizam R\$ 6.768 em 31 de dezembro de 2010 (31 de dezembro 2009 - R\$ 7.460). O valor líquido referente a realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 21.753 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 9.697) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

18 Empréstimos e financiamentos

		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Encargos - %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
BNDES (Projeto II)	TJLP + 4,0 a.a.	19.097		23.000	19.017	23.069	41.787
BNDES (Projeto III)	TJLP + 4,0 a.a.	38.645	47.849	39.084	85.852	39.200	123.981
BNDES (Projeto IV) - Direto	TJLP + 3,2 a.a.	38.383	113.372	38.532	151.162	38.634	188.725
BNDES (Projeto IV) - Direto c/ Fiança	TJLP + 2,8 a.a.	92.554	273.552	88.265	369.337	21.568	400.200
BNDES (Projeto III)- Bco. Votorantim	TJLP + 4,7 a.a.	15.825	19.582	16.009	35.134	16.061	50.739
BNDES (Projeto III)- Bco. Bradesco	TJLP + 4,7 a.a.	15.825	19.582	16.009	35.134	16.061	50.739
BNDES (Projeto V)	TJLP + 2,8 a.a.	27.302	321.502	653	165.149		
BNDES (PEC)	TJLP + 5,5 a.a.	29.468	23.313	5.100	45.833		
Capital de giro	107,69 do CDI			360.692		252.575	
		<u>277.099</u>	<u>818.752</u>	<u>587.344</u>	<u>906.618</u>	<u>407.168</u>	<u>856.171</u>
Em moeda estrangeira (*)							
BNDES (Cesta de Moedas)	12,67 a.a.	4.667		6.333	4.781	9.054	13.739
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC) - USD	8,11 a.a.	4.928		5.623	5.056	7.906	13.074
EIB II - primeira liberação - USD	3,88 a.a.	5.557	129.814				
EIB II - segunda liberação - USD	2,94 a.a.	1.883	57.540				
HSBC - USD	2,03 a.a.	48.328					
Banco Europeu de Investimentos - USD	6,82 a.a.					93.926	
Capital de giro com <i>swap</i> - USD	5,00 a.a.					58.857	
		<u>65.363</u>	<u>187.354</u>	<u>11.956</u>	<u>9.837</u>	<u>169.743</u>	<u>26.813</u>
		<u>342.462</u>	<u>1.006.106</u>	<u>599.300</u>	<u>916.455</u>	<u>576.911</u>	<u>882.984</u>

(*) Conforme divulgado na Nota 5, para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2010
2012	281.872
2013	207.014
2014	198.211
2015	85.610
2016 em diante	233.399
	1.006.106

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais, circulantes e não circulantes, são iguais ao seus valores contábeis, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

As taxas originais, antes das operações de *swap*, dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são as seguintes:

Descrição	Encargos
BNDES (Projeto II) - Cesta de Moedas (<i>swap</i> Votorantim)	Variação cambial + 12,67% a.a. sobre porção em Cesta de Moedas
Banco Itaú/BBA (Repasse IFC)	Variação cambial + 8,11% a.a.
Bank EIB (II) 1. liberação	Variação cambial + 3,88% a.a.
Bank EIB (II) 2. liberação	Variação cambial + 2,94% a.a.

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- Projeto II - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú.
- Projeto III - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Bradesco.
- Projeto IV - operação direta com o BNDES: Recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; Operação direta com o BNDES: Fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.
- Projeto V - operação indireta com o BNDES: Fiança bancária do Banco Itaú BBA com 100% do financiamento garantido.

O financiamento obtido junto ao Banco Itaú/BBA (Repasse IFC) tem amortizações de principal e pagamento de juros semestrais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia desembolsou a totalidade do seu contrato de empréstimo de € 100.000 mil assinado com o EIB. O segundo saque totalizou o equivalente a R\$ 69,580 (US\$ 39.922 mil). Este financiamento é amparado por garantias bancárias prestadas pelos bancos Santander e Banco Espírito Santo (BES) com 50% para cada instituição. O prazo de vencimento é de dez anos para o financiamento destinado à expansão, modernização e reforço da rede de distribuição de gás canalizado e outros investimentos dos anos de 2010, 2011 e primeiro semestre de 2012 para dar suporte à operação da Companhia.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

19 Instrumentos financeiros derivativos

Valores reconhecidos em relação a instrumentos financeiros derivativos

		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Em moeda estrangeira	Encargos - %	Circulante	Circulante	Circulante
BNDES (Cesta de Moedas)	113 do CDI	6.900	14.131	16.277
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC)	110,0 do CDI	8.836	16.194	18.168
EIB II - primeira liberação	96,69 do CDI	18.441		
EIB II - segunda liberação	95,20 do CDI	9.616		
HSBC	99,70 do CDI	2.486		
NDF		101		
EIB	94,7 do CDI			(17.134)
Comprovar Unibanco	130,5 do CDI			994
		46.380	30.325	18.305

		2010		2009		2008	
		Ativa	Passiva	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva
BNDES (Cesta de Moedas)	4.179		(11.080)	10.196	(24.327)	21.180	(37.458)
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC)	4.928		(13.764)	10.679	(26.873)	20.983	(39.151)
EIB II - primeira liberação	135.121		(153.561)				
EIB II - segunda liberação	60.386		(70.002)				
HSBC	48.112		(50.598)				
NDF			(101)				
Banco Europeu de Investimentos						93.970	(76.836)
Capital de giro com swap						58.077	(59.070)
		252.726	(299.106)	20.875	(51.200)	194.210	(212.515)

Como mencionado na gestão de riscos financeiros (Nota 5), a Companhia está exposta a taxas de juros e risco cambial. Todos os instrumentos derivativos são designados como de proteção em conformidade com as políticas da Companhia de gestão de riscos.

Devido à alta volatilidade da variação da taxa de câmbio entre reais e dólares dos EUA a Companhia não adota a contabilidade de cobertura dos seus instrumentos de derivativos (*swaps*). Todos os instrumentos derivativos (*swaps*) são mensurados ao valor justo e os empréstimos objeto dos derivativos.

A administração avalia que na apuração feita, com base na análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2010, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos. Desta forma, a Administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

20 Debêntures

	Emissão	Série	Quantidade	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	Remuneração - %
Circulante	Segunda	Única	1	4.805	4.029	6.070	CDI + 1,5 a.a.
Não circulante	Segunda	Única	1	100.000	100.000	100.000	CDI + 1,5 a.a.
				104.805	104.029	106.070	

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

Em 5 de agosto de 2008, a Companhia concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000.

As amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2012, 2013 e 2014 com pagamentos de 33,33%, 33,33% e 33,34%, respectivamente. Os pagamentos de juros serão feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2010 foi efetuado o segundo pagamento de juros no valor de R\$ 10.557.

O valor justo da debênture, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

21 Fornecedores

A composição da conta "Fornecedores" é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Fornecedores de gás/transporte	349.870	327.647	577.045
Fornecedores de mats./serviços	74.235	80.697	68.615
	<u>424.105</u>	<u>408.344</u>	<u>645.660</u>

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008 e com vigência até dezembro de 2013 e com quantidade diária contratada de 4,15 milhões de m³/dia.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária de gás boliviano contratada de 8,75 milhões de m³/dia, que se reduz a 8,1 milhões de m³/dia em maio de 2011.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme flexível, na qual a Petrobras fornecerá o gás natural ou ressarcirá o custo adicional referente ao consumo de combustível alternativo pelo cliente nesta modalidade, com quantidade contratada de 1,0 MMm³/dia de gás natural. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até dezembro de 2012.
- Contrato com a Petrobras para fornecimento de gás na modalidade interruptível, com quantidade contratada inicial zero podendo chegar a 1,5 MMm³/dia. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até abril de 2011.
- Dois Contratos de gás do Programa Prioritário de Termelétrica (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 3,06 MMm³/dia, sendo 2,76 MMm³/dia com a UTE-Fernando Gasparian e 0,3 MM m³/dia com a Corn Products.
- Contrato de curto prazo com a Petrobras realizado através de leilão eletrônico, no qual a Comgás contratou uma quantidade de 3,0 MMm³/dia para o período de dezembro de 2010 a março de 2011.
- Contrato de compra e venda de gás semanal (curtíssimo prazo) com a Petrobras para o período de dezembro de 2010 a março de 2011, no qual a Comgás poderá adquirir gás através de plataforma

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

eletrônica e cuja quantidade diária contratada varia de acordo com os pedidos realizados pela Comgás e aceitos pela Petrobras.

- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, com quantidade contratada de até 12 MMm³/ano, iniciado em abril de 2008 com vigência até novembro de 2012.
- Contrato firme de compra e venda de gás natural com a BG Comércio e Importação Ltda., com quantidade diária contratada de 0,650 MMm³/dia e prazo de vigência previsto até 31 de maio de 2011, foi resilido em 31 de agosto de 2010.

Os contratos de suprimento de gás têm características específicas, como obrigações de retirada mínima de gás por parte da Comgás (*take or pay* para *commodity* e *ship or pay* para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o consumo e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos foram reconhecidos na rubrica "Estoques" na linha "Transporte pago e não utilizado" (Nota 11).

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m³, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

22 Partes relacionadas

(a) Companhias controladoras

O saldo a pagar referente a Companhias Controladoras em 31 de dezembro de 2010 é o seguinte:

	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	Movimentação		31 de dezembro de 2010
			Despesas/ atualizações	Pagamentos	
Grupo BG					
OSA/CSA	9.885	8.177	(1.860)	(6.154)	163
	9.885	8.177	(1.860)	(6.154)	163
Grupo Shell					
CSA	709	1.461	4.432	(4.884)	1.009
	709	1.461	4.432	(4.884)	1.009
	10.594	9.638	2.572	(11.038)	1.172

Os contratos estão assim divididos:

(i) Grupo BG

- Operational Services Agreement* (OSA) - a BG fornece pessoal operacional e serviços operacionais com a finalidade de manter, operar, desenvolver, e caso apropriado, expandir as operações da Companhia de forma segura e eficiente e dentro do quadro regulatório.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

- Commercial Services Agreement (CSA) - a BG deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.
- Contrato de compra de gás com BG Comércio e Importação Ltda.: com relação aos contratos de fornecimento de gás com a BG Comércio e Importação Ltda., conforme descrito na Nota 21, temos:

	Saldos em			Custo do gás	
	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	2009	2010
BG Comércio					
Fornecimento de gás	31.620	19.689		239.127	169.860
	<u>31.620</u>	<u>19.689</u>		<u>239.127</u>	<u>169.860</u>

(ii) Grupo Shell

- Commercial Services Agreement (CSA) - a Shell deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

(b) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	2010	2009
Salários e demais benefícios de curto prazo	9.998	9.197
	<u>9.998</u>	<u>9.197</u>

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Lucro antes de IR/CS	837.236	979.637
Reversão juros sobre capital próprio	(62.391)	(68.498)
Lucro antes da tributação	<u>774.845</u>	<u>911.139</u>
Amortização do ágio, líquido de provisão para integridade do patrimônio líquido		<u>24.370</u>
Lucro sem amortização do ágio	774.845	935.509
Alíquota - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social nominais	(263.447)	(318.073)
Conciliação		
Benefícios gerados pela incorporação inversa líquido de ativos/passivos fiscais diferidos		24.370
Débitos/créditos permanentes de IRPJ e CSLL	<u>6.191</u>	<u>4.460</u>
	<u>(257.256)</u>	<u>(289.243)</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela MP nº 449/08, por meio do qual as apurações dos tributos sobre o lucro, da contribuição para o PIS e da COFINS, para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e os critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Companhia consignará a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2010.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Obrigação de benefícios de aposentadoria	Provisões	Perdas valor justo	Ativo/ (passivo) regulatório	Outros	Total
Ativo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2009	39.994	22.188	4.447	179.498	(27.535)	218.592
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	<u>2.210</u>	<u>9.657</u>	<u>(1.884)</u>	<u>(169.519)</u>	<u>3.370</u>	<u>(156.166)</u>
Em 31 de dezembro de 2009	42.204	31.845	2.563	9.979	(24.165)	62.426
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	<u>3.327</u>	<u>6.278</u>	<u>15.973</u>	<u>(88.063)</u>	<u>1.935</u>	<u>(60.550)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>45.531</u>	<u>38.123</u>	<u>18.536</u>	<u>(78.084)</u>	<u>(22.230)</u>	<u>1.876</u>
	Saldo da reserva de reavaliação	Ganhos de valor justo	Reavaliação de terrenos	Outros	Total	
Passivo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2009	5.136	1.226	3.001	536	9.899	
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	<u>(703)</u>			<u>(536)</u>	<u>(1.239)</u>	
Em 31 de dezembro de 2009	4.433	1.226	3.001		8.660	
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	<u>(692)</u>	<u>17.735</u>			<u>17.043</u>	
Em 31 de dezembro de 2010	<u>3.741</u>	<u>18.961</u>	<u>3.001</u>		<u>25.703</u>	

O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três anos.

24 Provisão para contingências

	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	Atualizações/ingressos	Baixas	31 de dezembro de 2010
Trabalhistas	12.511	12.516	731	(2.131)	11.116
Cíveis	15.932	17.347	14.568	(1.357)	30.558
Fiscais	10.613	11.171	8.599		19.770
	39.056	41.034	23.898	(3.488)	61.444

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

- (a) Os processos trabalhistas são na sua maioria originários do período anterior a assinatura do Contrato de Concessão pelos atuais controladores e referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 1.317 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.679 e em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 1.027) os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.
- (b) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 63.650 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 43.962 e em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 14.554), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.
- (c) As contingências fiscais referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$ 63.770 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 38.127 e em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 30.723), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

A administração da Companhia, embasada na posição de seus assessores jurídicos, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir desembolsos de eventuais desfechos desfavoráveis desses processos.

25 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital autorizado da Companhia é de R\$ 671.672. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social integralizado é de R\$ 636.985 (R\$ 636.863 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 326.570 em 1º de janeiro de 2009), representado por 93.910.898 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 25.911.899 ações preferenciais sem valor nominal e sua composição é a que segue:

	Quantidades de ações - milhares					
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Integral Investments BV	82.521	87,87	3.649	14,08	86.170	71,91
MCAP POLAND Fundo						
Inv. em ações	889	0,95	8.102	31,27	8.991	7,50
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09		0,00	7.594	6,34
TARPON	1.654	1,76	4.537	17,51	6.191	5,17
Outros	1.253	1,33	9.624	37,14	10.877	9,08
	<u>93.911</u>	<u>100,00</u>	<u>25.912</u>	<u>100,00</u>	<u>119.823</u>	<u>100,00</u>

(b) Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

O Estatuto Social da Comgás (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito ou crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2010, ratificada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) de 29 de março de 2010 foi deliberado a destinação de R\$ 28.101 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2009 para distribuição de dividendos em 2010.

Os pagamentos foram definidos em uma única parcela, a qual foi paga pela Companhia em 31 de maio de 2010, dentro do exercício social.

Adicionalmente, e conforme a deliberação do Conselho de Administração em 26 de abril de 2010, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos relativos ao lucro dos exercícios anteriores, no valor de R\$ 286.898.

O pagamento desse montante foi efetuado dentro do exercício social de 2010, em três parcelas, pagas da seguinte forma:

- A primeira parcela no valor de R\$ 76.898, paga em 30 de junho de 2010.
- A segunda parcela no valor de R\$ 110.000, paga em 31 de agosto de 2010.
- A terceira parcela no valor de R\$ 100.000, paga em 30 de novembro de 2010.

Adicionalmente, e conforme Ata do Conselho de Administração de 25 de outubro de 2010 foi deliberado a destinação de R\$ 50.000 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2009 para distribuição de dividendos intermediários, definidos em uma única parcela, a qual foi paga pela Companhia em 17 de dezembro de 2010, dentro do exercício social.

Dividendos	
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2010	579.980
Movimentação de lucros acumulados	1.175
	<hr/>
	581.155
	<hr/>
Constituição da reserva legal (5%)	29.058
	<hr/>
Base de cálculo dos dividendos	552.097
	<hr/>
Dividendos mínimos 2010	138.024
	<hr/>
Juros sobre capital próprio bruto	(62.391)
IR sobre juros capital próprio	8.063
	<hr/>
Juros sobre capital próprio líquido	(54.328)
	<hr/>
Total dos dividendos a destinar em dezembro de 2010	83.696
	<hr/>
Dividendos - ações ordinárias	64.208
Dividendos - ações preferenciais	17.716
Adicional de 10% - preferenciais	1.772
	<hr/>
Total dos dividendos a destinar em dezembro de 2010	83.696
	<hr/>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

(c) Juros sobre o capital próprio

Em 1º de julho de 2010 o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 34.421, pago em 30 de julho de 2010.

Em 26 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou o segundo crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 9.506, pago em 30 de setembro de 2010.

Em 25 de outubro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o terceiro crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 9.506, pago em 30 de novembro de 2010.

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o quarto e último crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 8.958, a ser pago em 31 de janeiro de 2011.

Os juros sobre capital próprio pagos aos acionistas deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos em 2011, relativos ao exercício social de 2010, integrando tais valores ao montante de dividendos a serem distribuídos pela Companhia para todos os efeitos previstos na legislação societária.

Para atendimento às disposições de publicações societárias os juros sobre capital próprio foram contabilizados como "Despesa financeira", sendo revertido na própria rubrica para lucros acumulados por serem em essência distribuição de resultados, conforme preconiza a CVM e o CPC - Pronunciamento Conceitual Básico.

(d) Reserva de capital a integralizar

Conforme Ata do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2010, ratificada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de março de 2010, foi deliberado a destinação deste valor da seguinte forma:

- . R\$ 24.247 foi repassado ao Acionista Controlador em agosto de 2010, a título de resgate final de ações preferenciais classe B.
- . R\$ 122 destinados ao aumento do capital social.

Estes valores foram registrados contabilmente para o grupo do Passivo Circulante e Capital social em março de 2010, respectivamente.

(e) Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

26 Obrigações com benefícios de aposentadoria

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

CVM nº 600. Conforme laudo atuarial datado de 31 de dezembro de 2010, utilizamos as seguintes premissas:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Taxa de desconto	10,75	11,25	13,14
Taxa de inflação	4,5	4,5	5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,75	11,25	13,14
Aumentos salariais futuros	7,65	7,65	8,15
Aumentos de planos de pensão futuros	4,5	4,5	5
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3	3	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-83	AT-83	AT-83
Mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84	UP-84	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez
Rotatividade	0,3/(Tempo de serviço + 1)	0,3/(Tempo de serviço + 1)	0,3/(Tempo de serviço + 1)

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponde à parcela de ganho ou perda, que exceda o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano, amortizado pelo prazo médio do serviço futuro dos participantes do plano.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Valor das obrigações atuariais	191.739	162.012	136.288
Perda atuarial não reconhecida	(44.698)	(26.464)	(10.040)
Valor justo dos ativos do plano	(13.125)	(11.419)	(8.619)
Passivo atuarial líquido	<u>133.916</u>	<u>124.129</u>	<u>117.629</u>

A movimentação do passivo atuarial no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Passivo atuarial líquido	124.129	117.629	111.026
Despesa no exercício	18.203	16.414	16.029
Contribuições do empregador	(8.416)	(9.914)	(9.426)
Passivo atuarial líquido	<u>133.916</u>	<u>124.129</u>	<u>117.629</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

As despesas reconhecidas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	460	397
Juros sobre obrigação atuarial	17.655	17.315
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.388)	(1.216)
Amortização de perdas atuariais	<u>1.476</u>	<u>(82)</u>
Despesa no exercício	<u>18.203</u>	<u>16.414</u>

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na linha IRPJ e CSLL diferidos, no Realizável a Longo Prazo (vide Nota 23).

A Companhia mantém com o Itaú Previdência e Seguros S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A parcela da Companhia nas contribuições no exercício de 2010 foi de R\$ 4.073 (R\$ 3.972 no exercício de 2009), reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, rubrica "Despesas gerais e administrativas". O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

A composição da margem por segmento é a seguinte:

[illegible]

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

[illegible]

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

28 Receita

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	5.100.989	5.161.408
Impostos sobre vendas	<u>(1.005.646)</u>	<u>(1.045.129)</u>
Receita líquida	<u>4.095.343</u>	<u>4.116.279</u>

29 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas com pessoal	141.068	123.232
Despesas com materiais/serviços	190.741	185.586
Despesas operacionais	6.446	30.491
Depreciação e amortização	<u>209.702</u>	<u>177.602</u>
Despesas por natureza	<u>547.957</u>	<u>516.911</u>

30 Receitas e despesas financeiras

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(142.832)	(175.772)
IOF/despesas bancárias/comissões	(16.129)	(19.462)
Capitalização de juros	21.753	13.030
Juros CVM nº 600 - benefício pós-emprego	(18.114)	(17.712)
Outras	<u>(956)</u>	<u>(86)</u>
	<u>(156.278)</u>	<u>(200.002)</u>
Variações monetárias líquidas		
Empréstimos e financiamentos	(310)	(1.468)
Variações monetárias ativas	44	(86)
Variações monetárias passivas	<u>(9.381)</u>	<u>(1.594)</u>
	<u>(9.647)</u>	<u>(3.148)</u>
Receitas financeiras		
Encargos moratórios de clientes	12.230	13.329
Receitas de aplicações financeiras	11.825	7.872
Juros	1.724	1.544
Outras	<u>5.556</u>	<u>4.674</u>
	<u>31.335</u>	<u>27.419</u>
	<u>(134.590)</u>	<u>(175.731)</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

31 Resultado por ação

Não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

	2010		
	Preferenciais	Ordinárias	Total
Lucro líquido do exercício	135.044	444.936	579.980
Quantidade de ações (milhares)	25.912	93.911	119.823
Resultado por ação - R\$	5,21	4,74	4,84
	2009		
	Preferenciais	Ordinárias	Total
Lucro líquido do exercício	160.753	529.641	690.394
Quantidade de ações (milhares)	25.912	93.911	119.823
Resultado por ação - R\$	6,20	5,64	5,76

32 Seguros

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

Risco	Milhares de dólares
Risco operacional	81.790
Responsabilidade civil	100.000

33 Compromissos assumidos

(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Os compromissos para aquisição de intangível no montante de R\$ 42.571 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 34.536 em 31 de dezembro de 2009) são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

Os compromissos regulatórios no montante de R\$ 1.614.609 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.915.350 em 31 de dezembro de 2009) foram definidos na última revisão tarifária, em maio de 2009, como base no plano de investimento definido pelo regulador, estão previstos para ocorrer até maio de 2014, final do ciclo tarifário atual.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

(b) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram a R\$ 6.775 (2009 - R\$ 7.200). Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de arrendamentos mercantis financeiros.

34 Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) ocorreu em duas etapas: (a) a primeira em 2008, com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008; (b) a segunda, desenvolvida em 2009, com a edição dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 - ainda não emitido).

As novas práticas contábeis contidas nos pronunciamentos técnicos CPC 15 ao CPC 40 e 43 foram inicialmente adotadas nas informações financeiras intermediárias completas da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2010. Neste contexto, a data de transição adotada pela Companhia foi 1º de janeiro de 2009, data em que foram preparados os balanços patrimoniais de abertura.

A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras anuais.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

(a) Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhida pela Companhia

A companhia optou por mensurar seus ativos e passivos pelos valores contábeis que foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do controlador final, baseados na data de transição para as IFRSs do controlador final, conforme permitido pelo CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, Apêndice D - Isenções de outras IFRS's (D16).

(b) Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

- . Participação de não controladores.
- . Exceção da contabilização de *hedge*

(c) Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado e as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(i) ICPC 01 - "Contratos de Concessão"

A Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, conforme divulgado na Nota 17. Adicionalmente para fins de divulgação, a construção de infraestrutura é considerada prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de receita e, portanto, de resultado.

(ii) CPC 20 - "Custos de Empréstimos"

A Companhia adotou os critérios em que a taxa de capitalização de juros passou a ser a taxa efetiva, equivalente a média ponderada dos custos dos empréstimos que estiverem vigentes em cada período, resultando em um ajuste no montante de R\$ 28.350 em 1º de janeiro de 2009.

(iii) CPC 22 - "Informações por Segmento"

A Companhia está divulgando as demonstrações financeiras por segmento operacional (Industrial, Residencial, Comercial, Automotivo, Termogeração e Cogeração), conforme descrito na Nota 27.

(iv) CPC 00 "Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"

A Companhia estornou os efeitos da conta-corrente regulatória, conforme mencionado na Nota 6.

(v) CPC 27 - "Ativo Imobilizado"

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, os bens do ativo imobilizado eram registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. Reparos e manutenção eram apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas era acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo.

Conforme artigo 6º da Lei nº 11.638/07 os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social que esta lei entrou em vigor. A Companhia optou por manter os saldos das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização.

Como resultado da adoção do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou a totalidade do ativo imobilizado para a rubrica "Intangível", conforme divulgado na Nota 17. Adicionalmente, parte do ativo imobilizado referente a peças para reposição equivalente a R\$ 47.522 em 31 de dezembro de 2009 (1º janeiro de 2009 - R\$ 47.354) foi reclassificada para a rubrica "Estoques".

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010**
Em milhares de reais

(vi) CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro"

A Companhia passou a registrar os tributos correntes e diferidos pelos valores devidamente compensados, quando aplicável.

(vii) CPC 37 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade"

Como permitido pelo referido CPC, a contabilização de economia hiperinflacionária, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi aplicada em linha com o IAS 29 durante o período em que o país se enquadrava como economia hiperinflacionária, para fins locais, até 1995. Entretanto, de acordo com o IFRS, a economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiperinflacionária nos exercícios de 1996 e de 1997.

Em decorrência dessa adoção, a Companhia registrou no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009, o montante de R\$ 46.921.

(viii) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes decorrentes das normas citadas acima foram registrados contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2009.

Em consequência da adoção dos novos CPCs a Companhia efetuou reclassificações de valores não relevantes.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs nas seguintes datas:

- . Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009.
- . Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009.
- . Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(ix) Transferências entre contas

As transferências entre contas são decorrentes da revisão dos prazos de realização efetuada pela administração, conforme descrito a seguir:

- . Contas a receber.
- . Outras contas a receber.
- . Ativos destinados a venda.
- . Depósitos judiciais.
- . Instrumentos financeiros derivativos.

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

(d) Conciliação do patrimônio líquido
em 1º de janeiro de 2009

	31 de dezembro de 2008 - BR GAAP	Transferência entre contas (ix)	Conta- -corrente regulatória (iv)	Intangível (i. ii e vii)	Método de avaliação dos estoques (v)	IR diferido e corrente (vi)	Outros	Efeito total da mudança para CPC	1º de janeiro de 2009 - CPC
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	39.726								39.726
Contas a receber - clientes	470.876	20.407					(362)	20.045	490.921
Custo de gás a recuperar/repassar	528.289		(528.289)					(528.289)	
Outras contas a receber	68.402	(35.094)						(35.094)	33.308
Estoques	34.986				47.354			47.354	82.340
Impostos indiretos à compensar	144.646					(83.897)		(83.897)	60.749
Ativos destinados à venda		14.688						14.688	14.688
Outros	15.321	(2)						(2)	15.319
	1.302.246	(1)	(528.289)		47.354	(83.897)	(362)	(565.195)	737.051
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
IRPJ e CSLL diferidos	66.629					142.064		142.064	208.693
ICMS a recuperar	9.859								9.859
Contas a receber	4.325								4.325
Depósitos judiciais	10.806	1.748						1.748	12.554
Outros	1.305	(1)						(1)	1.304
	92.924	1.747				142.064		143.811	236.735
Imobilizado	2.322.809			(2.275.455)	(47.354)			(2.322.809)	
Intangível	294.540			2.350.726				2.350.726	2.645.266
	2.617.349			75.271	(47.354)			27.917	2.645.266
	2.710.273	1.747		75.271	(47.354)	142.064		171.728	2.882.001
Total do ativo	4.012.519	1.746	(528.289)	75.271		58.167	(362)	(393.467)	3.619.052

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2008 - BR GAAP	Transferência entre contas (ix)	Conta- -corrente regulatória (iv)	Intangível (i, ii e vii)	Método de avaliação dos estoques (v)	IR diferido e corrente (vi)	Outros	Efeito total da mudança para CPC	1º de janeiro de 2009 - CPC
Passivo									
Circulante									
Instrumentos financeiros derivativos		18.305						18.305	18.305
Empréstimos e financiamentos	574.068	2.843						2.843	576.911
Debêntures não conversíveis	6.070								6.070
Fornecedores	645.660								645.660
Companhias controladoras	10.594								10.594
Salários e encargos sociais	37.646								37.646
Impostos e contribuições a recolher	50.604								50.604
Dividendos e juros sobre capital próprio	129.107								129.107
Provisão IRPJ e CSLL	213.145					(83.896)		(83.896)	129.249
Outras contas a pagar	12.611	(4)						(4)	12.607
	1.679.505	21.144				(83.896)		(62.752)	1.616.753
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	904.132	(21.148)						(21.148)	882.984
Debêntures não conversíveis	100.000								100.000
Adiantamento de clientes e outros	29.968						(6.431)	(6.431)	23.537
Obrigações com benefícios de aposentadoria	117.629								117.629
Provisão para contingências	37.307	1.749						1.749	39.056
IRPJ e CSLL diferidos	6.897					(9.898)	3.001	(6.897)	
	1.195.933	(19.399)				(9.898)	(3.430)	(32.727)	1.163.206
Patrimônio líquido									
Capital social realizado	326.570								326.570
Reservas de capital	84.147								84.147
Reservas de reavaliação	18.751						(3.001)	(3.001)	15.750
Reservas de lucro	707.613	(1)	(528.289)	75.271		151.963	6.069	(294.987)	412.626
	1.137.081	(1)	(528.289)	75.271		151.963	3.068	(297.988)	839.093
Total do passivo e patrimônio líquido	4.012.519	1.744	(528.289)	75.271		58.169	(362)	(393.467)	3.619.052

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

(e) Conciliação do patrimônio líquido
em 31 de dezembro de 2009

	31 de dezembro de 2009 - BR GAAP	Transferência entre contas (ix)	Conta- -corrente regulatória (iv)	Intangível (i, ii e vii)	Método de avaliação dos estoques (v)	IR diferido e correntes	Outros	Efeito total da mudança para CPC	31 de dezembro de 2009 - CPC
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	194.273								194.273
Contas a receber - clientes	411.072	19.272						19.272	430.344
Custo de gás a recuperar/repassar	29.349		(29.349)					(29.349)	
Outras contas a receber	56.794	(33.751)						(33.751)	23.043
Estoques	63.684	(1)			47.522			47.521	111.205
Impostos indiretos à compensar	126.097					(89.860)		(89.860)	36.237
Ativos destinados à venda		14.479						14.479	14.479
Outros	18.617								18.617
	899.886	(1)	(29.349)		47.522	(89.860)		(71.688)	828.198
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
IRPJ e CSLL diferidos	76.613					(22.847)		(22.847)	53.766
ICMS a recuperar	9.674								9.674
Contas a receber	3.992								3.992
Depósitos judiciais	11.687	1.911						1.911	13.598
Outros	2.185								2.185
	104.151	1.911				(22.847)		(20.936)	83.215
Imobilizado	2.445.146			(2.397.624)	(47.522)			(2.445.146)	
Intangível	380.000	1		2.468.700				2.468.701	2.848.701
	2.825.146	1		71.076	(47.522)			23.555	2.848.701
	2.929.297	1.912		71.076	(47.522)	(22.847)		2.619	2.931.916
Total do ativo	3.829.183	1.911	(29.349)	71.076		(112.707)		(69.069)	3.760.114

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2009 - BR GAAP	Transferência entre contas (ix)	Conta- -corrente regulatória (iv)	Intangível (i, ii e vii)	Método de avaliação dos estoques (v)	IR diferido e corrente (vi)	Outros	Efeito total da mudança para CPC	31 de dezembro de 2009 - CPC
Passivo									
Circulante									
Instrumentos financeiros derivativos		30.325						30.325	30.325
Empréstimos e financiamentos	616.186	(16.886)						(16.886)	599.300
Debêntures	4.029								4.029
Fornecedores	408.344								408.344
Companhias controladoras	9.638								9.638
Salários e encargos sociais	36.265								36.265
Impostos e contribuições a recolher	67.954								67.954
Dividendos e juros sobre capital próprio	32.105								32.105
Provisão IRPJ e CSLL	138.825					(89.860)		(89.860)	48.965
Outras contas a pagar	8.446								8.446
	<u>1.321.792</u>	<u>13.439</u>				<u>(89.860)</u>		<u>(76.421)</u>	<u>1.245.371</u>
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	929.894	(13.439)						(13.439)	916.455
Debêntures	100.000								100.000
Adiantamento de clientes e outros	29.473								29.473
Obrigações com benefícios de aposentadoria	124.129								124.129
Provisão para contingências	39.123	1.911						1.911	41.034
IRPJ e CSLL diferidos	5.659					(8.660)	3.001	(5.659)	
	<u>1.228.278</u>	<u>(11.528)</u>				<u>(8.660)</u>	<u>3.001</u>	<u>(17.187)</u>	<u>1.211.091</u>
Patrimônio líquido									
Capital social realizado	636.863								636.863
Reservas de capital	25.661								25.661
Reservas de reavaliação	17.345						(3.001)	(3.001)	14.344
Reservas de lucro	599.244		(29.349)	71.076		(14.187)		27.540	626.784
	<u>1.279.113</u>		<u>(29.349)</u>	<u>71.076</u>		<u>(14.187)</u>	<u>(3.001)</u>	<u>24.539</u>	<u>1.303.652</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.829.183</u>	<u>1.911</u>	<u>(29.349)</u>	<u>71.076</u>		<u>(112.707)</u>		<u>(69.069)</u>	<u>3.760.114</u>

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

(f) Conciliação da demonstração do
resultado do ano de 2009

	31 de dezembro de 2009 - BR GAAP	Transferência entre contas (ix)	Aplicação do ICPC 01 (i)	Conta- -corrente regulatória (iv)	Intangível (CPC 37 (vii))	Custo de empréstimos (ii)	IR diferido (vi)	Efeito total da mudança para CPC	31 de dezembro de 2009 - CPC
Receita bruta de vendas e/ou serviços	4.942.784		224.693	(6.069)				218.624	5.161.408
Deduções da receita bruta	(1.058.362)			13.233				13.233	(1.045.129)
Receitas líquidas de vendas e/ou serviços	3.884.422		224.693	7.164				231.857	4.116.279
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(2.737.365)		(224.693)	518.058				293.365	(2.444.000)
Resultado bruto	1.147.057			525.222				525.222	1.672.279
Despesas operacionais	(509.383)				(6.417)	(1.111)		(7.528)	(516.911)
Com vendas	(96.397)								(96.397)
Gerais e administrativas	(212.421)								(212.421)
Outras despesas (receitas) operacionais	(30.491)								(30.491)
Depreciações e amortizações	(170.074)				(6.417)	(1.111)		(7.528)	(177.602)
Financeiras	(215.212)	68.498		(32.351)		3.334		39.481	(175.731)
Receitas financeiras	59.684			(32.351)				(32.351)	27.333
Despesas financeiras	(274.896)	68.498				3.334		71.832	(203.064)
Resultado operacional	422.462	68.498		492.871	(6.417)	2.223		557.175	979.637
Result. antes tributação e participações	422.462	68.498		492.871	(6.417)	2.223		557.175	979.637
Prov. IR e contrib. social e adic. estadual	(123.093)						(166.150)	(166.150)	(289.243)
Reversão dos juros sobre capital próprio	68.498	(68.498)						(68.498)	
Lucro líquido do exercício	367.867			492.871	(6.417)	2.223	(166.150)	322.527	690.394

* * *